

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
LINHA DE PESQUISA SOCIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

**PROJETO DE PESQUISA**

**Regimes e Repertórios Associativos:  
oportunidades políticas e organização social no Brasil**

**Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva**

Porto Alegre, setembro de 2009

## **Regimes e Repertórios Associativos: oportunidades políticas e organização social no Brasil**

### **1. Introdução**

O Brasil figurou, durante um longo período, como um caso exemplar de país caracterizado por uma sociedade desorganizada, dependente dos atores políticos que controlavam o Estado, subordinada a relações de dominação fundadas em laços pessoais clientelistas, marcada, enfim, pela falta de autonomia e capacidade de ação (SADER; PAOLI, 1986). Tal diagnóstico era dirigido especialmente à grande massa de trabalhadores pobres, urbanos e rurais, apesar de também ser utilizado para analisar as classes médias e o empresariado (BIANCHI, 2007).

As décadas de 70 e, principalmente, 80 assistem uma alteração significativa nesta perspectiva, com o surgimento de análises problematizando sua adequação para a apreensão dos processos de organização social ao longo da trajetória histórica do país e, também, para a interpretação da dinâmica associativa constitutiva do processo de redemocratização em curso naquele momento (BOSCHI, 1986, 1987; SADER, 1988). Este período abre, assim, um novo momento na análise dos processos associativos no Brasil, que, com mudanças de enfoque a serem abordadas futuramente neste projeto, colocaram as organizações sociais no centro da agenda das ciências sociais do país.

Apesar disto, uma grande lacuna pode ser identificada na vasta literatura que, a partir de diferentes perspectivas, abordou a dinâmica associativa: a falta de um tratamento analítico teoricamente consistente dos processos de mobilização e organização social ou, em outros termos, dos processos de construção das ações coletivas na sociedade brasileira. Curiosamente, em grande parte da literatura, a presença de organizações civis e movimentos sociais é tomada como um dado, sem a existência de uma problematização e investigação empírica dos processos de constituição de tais atores. Assim, paradoxalmente, observa-se o predomínio de estudos sobre associativismo que carecem de instrumentos teóricos para analisar os processos de formação e atuação dos atores que conformam o tecido associativo.

Assim, é para contribuir na superação desta lacuna que o presente projeto é apresentado. Tendo como principal referência o campo de estudos da chamada “política contestatória” (*contentious politics*), este projeto busca identificar e utilizar ferramentas teórico-metodológicas que permitam uma análise mais consistente dos processos organizativos, incorporando, ao mesmo tempo, as especificidades da configuração sócio-política brasileira.

## 2. Inserção institucional e percurso da pesquisa

O presente projeto se insere nas atividades do **Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento**, constituído em junho de 2009 e que, neste momento, encontra-se em processo de registro junto ao CNPq. Este Grupo de Pesquisa foi constituído com o objetivo de articular as pesquisas sobre processos de mobilização e organização social desenvolvidas no âmbito da **Linha de Pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas**, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e, também, aquelas realizadas nas atividades de Iniciação Científica e nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFRGS.

A constituição deste Grupo de Pesquisa é resultado de um processo de amadurecimento acadêmico transcrito entre a conclusão do Curso Doutorado na UFRGS (2001) e a realização de Pós-Doutoramento na Brown University (2008-2009). A partir de um interesse original pelo estudo da constituição e transformação das organizações populares formadas no processo de redemocratização (SILVA, 2002), desenvolveu-se no doutorado uma pesquisa comparativa sobre a dinâmica de participação social em quatro experiências municipais de Orçamento Participativo (OP) na Região Metropolitana de Porto Alegre (SILVA, 2001). Os resultados empíricos da pesquisa de doutorado, especialmente aqueles relacionados aos efeitos da configuração associativa prévia sobre a participação social em experiências de OP, foram aprofundados durante o envolvimento, no ano de 2003, na pesquisa sobre casos de Orçamento Participativo no Brasil, coordenada pelos Professores Leonardo Avritzer e Zander Navarro (SILVA, 2003).

Uma experiência fundamental nesta trajetória foi a coordenação, no ano de 2004, da equipe nacional que realizou a pesquisa “Evaluation of Participatory Budgeting Initiatives in Brazilian Municipalities”, dirigida pelos pesquisadores norte-americanos Gianpaolo Baiocchi, Patrick Heller e Shubham Shauduri. Esta pesquisa foi desenvolvida em dez municípios brasileiros previamente selecionados (cinco deles com experiência de OP e cinco sem experiência de OP), localizados em quatro regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul). Os resultados desta pesquisa possibilitaram ampliar a análise sobre os efeitos da diversidade associativa sobre participação social, ao mesmo tempo que permitiram analisar as implicações das variações nas configurações político-institucionais locais sobre os tecidos associativos municipais (BAIOCCHI; HELLER; SHAUDURI; SILVA, 2006; BAIOCCHI; HELLER; SILVA, 2008; SILVA, 2007c).

Paralelamente a estas pesquisas focalizadas em experiências de OP, houve a participação em pesquisas abordando a intervenção das organizações sociais em outros fóruns participativos, tais como Conselhos de Desenvolvimento Rural (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004) e Conselho Nacional de Saúde (SILVA; CÔRTEZ; RÉOS; BARCELOS, 2009), além de estudos sobre a

configuração do tecido associativo na cidade de Porto Alegre (SILVA, 2007b).

Ao mesmo tempo que estas pesquisas propiciaram um rico material empírico e avanços na interpretação dos processos analisados, elas possibilitaram a identificação de lacunas e fragilidades nos referenciais predominantes neste campo de estudo, que foram destacadas e, parcialmente, enfrentadas em algumas pesquisas e publicações (CÔRTEZ; SILVA, 2009; SILVA, 2006, 2007a; MOURA; SILVA, 2008).

A realização do Pós-Doutoramento no Exterior colocou-se como uma oportunidade ímpar para a busca e o estudo de abordagens que oferecessem instrumentos teórico-metodológicos mais adequados para a superação daquelas lacunas e fragilidades. Tais instrumentos foram encontrados, em grande medida, no campo de estudos sobre “política contestatória” (*contentious politics*), que tem no processo de mobilização e organização social um de seus temas centrais.

Além do aprendizado teórico-metodológico, o Pós-Doutoramento também possibilitou identificar a necessidade de reestruturar a prática de pesquisa, no sentido da constituição de um Grupo de Pesquisa que possibilitasse a articulação de diversos projetos em torno de uma ampla “agenda” de investigação compartilhada. A partir desta proposta, foram sendo tomadas iniciativas de construção daquela agenda e de articulação de diversos esforços de pesquisa em torno da mesma, culminando na formação do Grupo de Pesquisa em junho de 2009. O Grupo conta, atualmente, com três doutorandos, três mestrandos e cinco graduandos (sendo um destes Bolsista de Iniciação Científica), já apresentando os primeiros resultados em termos de produção científica (SILVA; OLIVEIRA, 2009; SILVA; ZANATA Jr., 2009).

### **3. Justificativa**

Observa-se, atualmente, um significativo descompasso entre a importância dos processos empíricos de organização e atuação dos atores sociais no Brasil contemporâneo e a posição que seu estudo tem ocupado nas agendas de pesquisa das ciências sociais. De um lado, importantes reconfigurações do tecido associativo, com a emergência de novos padrões organizativos (Organizações Não-Governamentais, voluntariado, fundações empresariais, movimentos sócio-culturais etc.) e o crescimento do número de entidades, têm complexificado a composição da sociedade civil brasileira e forjado novos repertórios de ação (IBGE; IPEA; ABONG; GIFE, 2008; LANDIM, 2005). De outro lado, mudanças institucionais constitutivas do processo de redemocratização brasileiro alteraram os padrões de relação entre Estado e sociedade, introduzindo novos mecanismos de participação e/ou representação políticas fundados na atuação das organizações sociais (DAGNINO, 2002). Em virtude destes processos, o Brasil passou a figurar como um dos casos paradigmáticos da literatura que aborda as relações entre sociedade civil e

democracia (SANTOS, 2002).

Apesar disto, paradoxalmente, o campo de estudos sobre processos de organização social se caracteriza por um relativo declínio desde o apogeu dos estudos sobre movimentos sociais, na década de 1980. Este declínio pode ser claramente observado na diminuição dos estudos sobre processos organizativos nos principais periódicos nacionais e, também, a ausência deste tema entre os grupos de trabalho de grande parte dos eventos científicos das ciências sociais<sup>1</sup>. De fato, este tema acabou assumindo uma posição acessória no tratamento de outros temas – como participação social, processos urbanos, violência, democratização e desenvolvimento –, sem chegar a conformar uma agenda de discussões e um corpo teórico próprio.

Em função deste esvaziamento relativo, a produção acadêmica brasileira acabou se descolando do debate internacional, que apresentou um significativo desenvolvimento nas últimas três décadas. Em particular, destaca-se o campo de estudos sobre “política contestatória”, que se expressa nos artigos publicados pela revista *Mobilization*, aos quais se soma uma volumosa produção bibliográfica<sup>2</sup>. Além disto, também deve ser destacado o campo de estudos sobre militância (FILLIEULE, 2001; GAXIE, 1977, 2005), presente especialmente na França, que apresenta uma significativa influência nos estudos antropológicos sobre engajamento e carreiras militantes (ANJOS, 2008; OLIVEIRA, 2008).

Assim, o presente projeto se justifica pela necessidade de rearticular o debate nacional com a agenda internacional, possibilitando um enriquecimento daquele debate pela apropriação das abordagens teórico-metodológicas que integram a agenda internacional, ao mesmo tempo em que se exploram as problematizações que a configuração específica dos processos organizativos no Brasil colocam para aquela agenda.

#### **4. Problema de pesquisa**

A análise das relações entre Estado e sociedade civil, no âmbito das ciências sociais brasileiras, apresenta uma trajetória distinta daquela observada em países como os Estados Unidos. Ao invés do predomínio de abordagens que reduziam o Estado e suas políticas a uma expressão direta da disputa entre demandas e interesses de atores sociais e/ou do mercado, tal como na tradição pluralista criticada por Evans; Rueschemeyer; Sckocpol (1985), no Brasil predominaram perspectivas que conferiam uma primazia ao Estado enquanto ator protagonista na estruturação da

---

1 Após um período de escassa publicação de trabalhos acadêmicos sobre o tema, algumas produções recentes parecem indicar uma retomada do interesse por esta temática. Entre estas produções destacam-se os números recentes das revistas *Cadernos CRH* e *Estudos Históricos* dedicados ao tema dos movimentos sociais. Além disto, a recente publicação do clássico livro de Sidney Tarrow, *Poder em Movimento*, pela editora Vozes, pode indicar o início de um processo de superação do descolamento entre o debate nacional e debate internacional.

2 Para uma síntese da abordagem deste campo de estudos ver McAdam; McCarthy; Zald (1999); McAdam; Tarrow; Tilly (2001); Tilly; Tarrow (2007).

vida social e do seu desenvolvimento (STEPAN, 1985). Ou seja, seguindo a crítica de Sader; Paoli (1986), pode-se identificar o predomínio de uma concepção “estatista”, a qual tendia reservar ao Estado a capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sócio-política do país, cabendo aos atores não-estatais, particularmente aqueles constituídos entre os segmentos mais pauperizados e oprimidos da sociedade, um papel de coadjuvantes destituídos de agência.

Em oposição a esta concepção, observa-se, a partir do final dos anos 70, aquilo que Nun (1989) apreendeu como a “rebelião do coro”. Ou seja, atores sociais tradicionalmente marginalizados da cena política passam não apenas a ocupar o “palco”, mas, principalmente, são objeto de uma re-significação teórica a partir de modelos interpretativos que os valorizam e, no limite, os colocam como protagonistas da dinâmica sócio-política do país (DOIMO, 1995).

Esta re-significação, operada em grande medida no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais, foi marcada por uma radicalização analítica da distância entre Estado e atores da sociedade (que, no limite, passa a ser tratada como uma relação de contradição), a qual levou a um tratamento dicotômico e substancialista destes dois pólos: dicotômico na medida em que a visão de uma sociedade forjada por um Estado “todo poderoso” foi substituída pela visão de uma sociedade que, “de costas para o Estado” (EVERS, 1983), se auto-organizava de forma espontânea e autônoma; substancialista pelo fato de que o Estado e a sociedade civil (emergente do processo de auto-organização social) não só se constituíam e operariam de maneira não relacional, como ainda seriam dotados de um conjunto de qualidades que passam a ser tomadas como inerente às suas “naturezas”. Nesta perspectiva, Estado e sociedade civil são apreendidos como blocos homogêneos, marcados por características contrastantes e contrapostas de forma maniqueísta: enquanto o Estado é corrupto, violento, autoritário e conservador, a sociedade civil é ética, democrática, progressista e universalista.

Por um lado, é certo, esta guinada interpretativa, profundamente vinculada ao contexto autoritário do período, propiciou uma perspectiva de análise que ampliou de forma significativa a compreensão dos processos políticos. Como destaca Telles (1988:281), foi através da imagem de externalidade e positividade da sociedade frente ao Estado, “que podemos pensar a política como algo que não se reduz a um único espaço, prefixado e determinado como lugar do Estado e das relações institucionalizadas de poder”. Ou seja, ao situar no pólo estatal uma negatividade absoluta, o pensamento dicotômico e maniqueísta possibilitou identificar e reavaliar um amplo campo de atores e ações políticas não institucionais dispersas no tecido social e que, anteriormente, eram desconsideradas. Por outro lado, no entanto, tal visão encobriu tanto a apreensão e análise da complexidade e heterogeneidade do Estado e da sociedade civil, quanto os profundos vínculos e interdependências existentes entre a configuração do campo político-institucional e a conformação do tecido associativo.

Tais limitações tenderam a se reproduzir no modelo de interpretação predominante nas reflexões sobre a sociedade civil, nos anos 90, uma vez que este partia do pressuposto e da defesa normativa de uma separação entre a sociedade civil emergente dos processos autônomos de organização no âmbito do mundo da vida e os atores e instituições do sistema político-administrativo (AVRITZER, 1994; COSTA, 1994, 1997). Além disto, a literatura sobre sociedade civil tendeu a concentrar-se na discussão e análise dos efeitos da atuação das organizações sociais no processo de democratização, sem um tratamento mais elaborado sobre a constituição destas organizações sociais.

Nos últimos anos, no entanto, pesquisadores têm percebido as limitações analíticas de tal abordagem dicotômica e substancialista (DAGNINO, 2002; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006; LAVALE, 2003; SILVA, 2006; CÔRTEZ; SILVA, 2009), passando a buscar modelos teórico-metodológicos mais adequados à complexidade da sociedade civil e, especialmente, sua relação com o campo político-institucional.

Este projeto se insere nesta busca, voltando-se, em especial, à literatura sobre “política contestatória” como uma fonte fundamental de instrumentos teórico-metodológicos para a superação daquelas limitações analíticas. A importância desta literatura se deve ao fato de que ela tem como um de seus argumentos centrais a indissociabilidade entre os processos de organização social e a configuração do campo político-administrativo (TILLY, 2006). Neste sentido, esta literatura tem desenvolvido, ao longo das últimas décadas, um conjunto de conceitos para apreender e analisar tais relações que pode ser de grande utilidade para os pesquisadores nacionais insatisfeitos com o tratamento dicotômico e substancialista predominante na literatura nacional.

Assim, adota-se aqui o argumento de que a forma como um *regime* – ou seja, “as relações regulares entre governos, atores políticos estabelecidos, contestadores e atores políticos externos, incluindo outros governos” (TILLY; TARROW, 2007, p.45) – se estrutura condiciona os *repertórios de ação coletiva* – ou seja, “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TARROW, 2009, p.51) – socialmente disponíveis para uma população.

Isto acontece porque diferentes regimes tendem a apresentar variações na forma como se relacionam com as diversas formas de ação coletiva constituintes do repertório de um determinado contexto. Estas formas de ação coletiva podem ser enquadradas pelos regimes como prescritas, toleradas ou proibidas (TILLY, 2006). Assim, enquanto determinadas formas de organização e ação social são valorizadas e, mesmo, recompensadas em alguns regimes, em outros elas são proibidas e, no limite, violentamente reprimidas. Desta forma, diferentes regimes tendem a produzir distintas estruturas de oportunidades e ameaças para os processos organizativos, estimulando-os ou obstaculizando-os ao definirem, pelo menos em parte, os custos, riscos e eficácia das formas de

ação coletiva. Como salientam Tilly; Tarrow (2007, p.49), o conceito de

“*Estrutura de Oportunidades Políticas* refere-se às características de regimes e instituições e suas mudanças (...) que facilitam ou inibem a ação coletiva de atores políticos. Elas incluem não somente oportunidades, mas também ameaças. (...) E isto nos leva a prestar atenção às mudanças nas oportunidades e ameaças”.

Apesar de, em geral, os regimes serem abordados como apresentando padrões relativamente homogêneos de relações entre os atores sociais e políticos que os integram (e com os repertórios de ação destes atores), Tilly; Tarrow (2007, p. 55) chamam a atenção para a possibilidade de existência de regimes compostos (*composite regimes*), nos quais conviveriam mais de um padrão de relações entre atores sociais e políticos.

Este conceito de regimes compostos é particularmente adequado para pensar as relações entre sociedade e campo político-administrativo no Brasil, que historicamente foram marcadas por uma significativa diversidade. Esta diversidade pode ser apreendida no uso do conceito de “democracia dual” por Weffort (1992), para caracterizar o Brasil desigual que emergia do processo de redemocratização. Da mesma forma, esta diversidade também se expressa no conceito de “híbrido institucional brasileiro”, formulado por Santos (1993) para analisar a complexa articulação entre o formalismo poliárquico e o hobbesianismo social que caracterizaria o país. Segundo o autor (1993, p.80),

“a poliarquia brasileira restringe-se a pequena mancha institucional circunscrita por gigantesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar. Aqui a avalanche regulatória do Estado não chega, ou não tem vigência, e a *institucionalidade é outra*, muito diversa da arquitetura elaborada ao longo do primeiro governo Vargas e regulada desde então. É este híbrido que faz com que o governo governe muito, mas no vazio – um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico. Nem por isto, todavia, o país é caótico ou ingovernável; apenas (...) existem soberanias concorrentes e o governo é múltiplo”.

Por fim, esta diversidade se expressa no argumento de Nunes (2003) sobre a co-existência de quatro “gramáticas políticas” que marcariam as relações entre Estado e sociedade no Brasil pelo menos desde a década de 1930. Segundo o autor (2003, p.21),

“Quatro principais gramáticas definem as relações Estado *versus* sociedade no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. As instituições formais podem operar numa variedade de modos, segundo uma ou mais gramáticas. Grupos sociais podem, igualmente, basear suas ações em consonância com uma ou mais gramáticas”.

Na medida em que o processo de redemocratização, ao contrário de diversas expectativas que o acompanharam, não foi capaz de substituir as diversas gramáticas políticas por um padrão único, universalista e público de relação entre Estado e sociedade (ou seja, o universalismo de procedimentos), o presente projeto define o seguinte problema de pesquisa a ser investigado: *Quais as implicações do regime composto, que continua a caracterizar o Brasil pós-redemocratização, na conformação dos repertórios de ação das organizações sociais?*

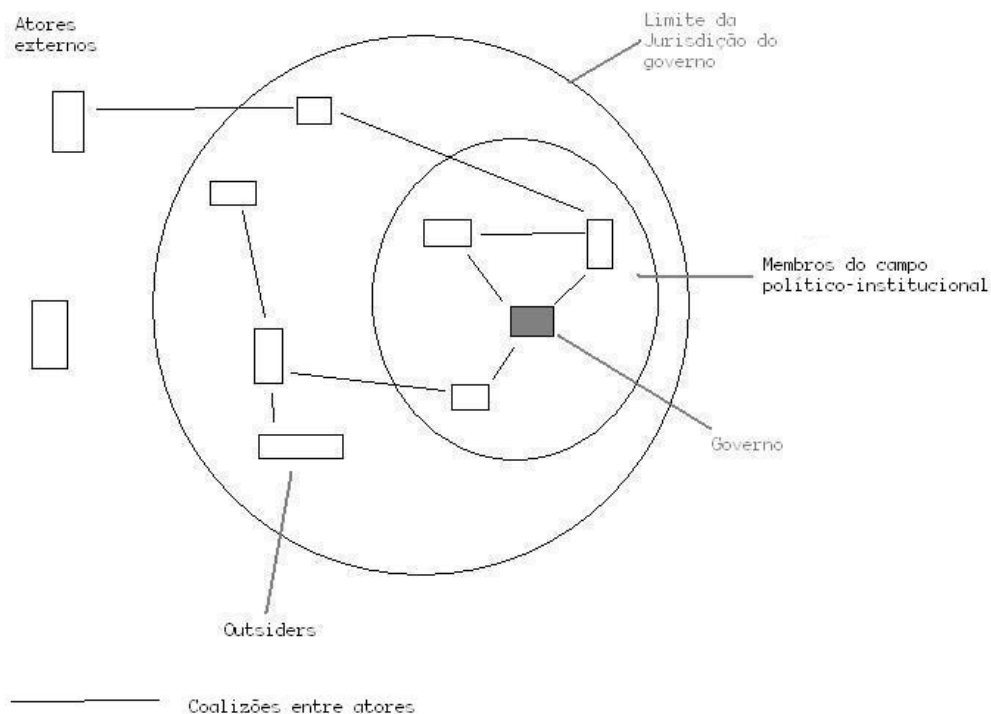


## 5. Marco conceitual

A abordagem da política contestatória tem como sua principal raiz o denominado Modelo do Processo Político (*Political Process Model - PPM*), desenvolvido no campo de estudo dos movimentos sociais norte-americanos nos anos 70 (McADAM, 1997). O PPM foi constituído como uma perspectiva alternativa à tradição funcionalista dominante naquele momento, que tendia a buscar a explicação da emergência dos movimentos sociais – e, de forma mais geral, dos conflitos políticos – em fatores sócio-psicológicos como frustração, desadaptação, anomia e problemas de socialização (GOHN, 1997). Além disto, o PPM confrontava a tendência de uma separação analítica (com repercussões na própria “divisão de trabalho” entre as disciplinas das ciências sociais) entre processos políticos institucionais (objeto da ciência política) e processos políticos não-institucionais (objeto da sociologia e, em menor grau, da antropologia), como se estes possuíssem uma natureza distinta e não estivessem intrinsecamente relacionados.

Frente a estas perspectivas, o PPM propõe uma articulação da análise da política institucional e não-institucional que pode ser sintetizado no seguinte esquema:

**Figura 1. Modelo do Processo Político**



Adaptado de McADAM; TARROW; TILLY (2001:11)

Este esquema busca expressar a relação intrínseca entre atores da política institucional e atores envolvidos em ações políticas fora da institucionalidade. Nesta perspectiva, a ação não-

institucional coloca-se como a alternativa disponível para aqueles atores que não encontram possibilidades de inserção como membros efetivos dos processos de decisão política (os *outsiders*, conforme o esquema)<sup>3</sup>. Ao contrário de ser uma recusa irracional ao enquadramento institucional, como colocava a velha tradição funcionalista, a “opção” pela ação não-institucional seria, pelo menos em parte, produto dos obstáculos e, no limite, exclusões gerados pela própria configuração do campo político-institucional. É neste sentido que McAdam (1997, p.173) salienta que os movimentos sociais deveriam ser vistos não como resultantes de disfunções psicológicas, mas como “tentativas racionais dos grupos excluídos mobilizarem suficiente influência, para alcançarem interesses coletivos, através de meios não-institucionalizados”.

Tal perspectiva implica numa ampliação do foco de análise dos processos políticos, de forma a incluir não apenas os *membros* do campo político-institucional, ou seja, os atores cujos interesses são reconhecidos como válidos neste campo e levados em conta nos processos decisórios que nele ocorrem, mas também os *desafiantes*, ou seja, os atores sem efetivo acesso ao campo político-institucional ou às suas decisões e que, exatamente por isto, recorrem a formas contestadoras de ação (McADAM, 1997, p.174).

Mas se a contestação é uma (e, por vezes, a única) alternativa para os *outsiders* do campo político-institucional, observa-se que esta é uma resposta que constitui mais uma exceção do que uma regra. É para explicar esta tendência – e, ao mesmo tempo, aqueles momentos excepcionais nas quais ela é rompida – que os autores do PPM vão analisar os condicionamentos político-institucionais ou, segundo sua terminologia, a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) que viabiliza ou bloqueia a emergência da ação coletiva contestatória. De acordo com McAdam (1997, p.175),

“enquanto os grupos excluídos possuem a capacidade latente para exercer uma significativa influência política em qualquer momento, a força dos constrangimentos ambientais é geralmente suficiente para inibir a ação de massa. Mas esta força não é constante ao longo do tempo. Os cálculos sobre os quais se baseiam os arranjos políticos, por uma variedade de razões, mudam ao longo do tempo, permitindo, assim, que certos grupos da população tenham maior influência para promover seus interesses”.

Partindo, então, da idéia genérica de que a formação e atuação das organizações e movimentos sociais não podem ser explicadas sem a apreensão de um contexto político-institucional que define as oportunidades conjunturalmente disponíveis para o agir coletivo, desenvolveu-se uma ampla literatura que buscou definir de forma mais precisa as diferentes dimensões do contexto político-institucional que seriam analiticamente relevantes para a conformação daquela estrutura de oportunidades. Nesse sentido, autores vão focalizar aspectos como: presença de aliados e apoios entre as elites políticas; grau de abertura do sistema político a

---

<sup>3</sup> Esta distinção entre “membros” e “outsiders” pode ser vista como uma das expressões empíricas da configuração estabelecidos-*outsiders* identificada e analisada no clássico estudo de Elias; Scotson (2000).

novos atores; capacidade e propensão repressiva do Estado; nível de coesão ou conflito intra-elite; multiplicidade de centros independentes de poder; localização temporal no ciclo de protesto (BROCKETT, 1991; McADAM, 1999; TARROW, 2009; TILLY; TARROW, 2007).

Em anos mais recentes, no entanto, autores vão problematizar o predomínio de uma visão estática e substancialista no emprego do conceito de EOP, que estaria obscurecendo três aspectos fundamentais a serem analisados. De um lado, ao tomar a EOP como um “dado” objetivo da realidade, estaria sendo ocultado o processo fundamental de *atribuição* de oportunidade (McADAM; TARROW; TILLY, 2001, p.43-46). Ou seja, oportunidades só afetariam a constituição e atuação das organizações sociais a partir da mediação do processo de interpretação realizado pelos atores sociais e a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidades. Neste sentido, oportunidades não seriam elementos automática e homoganeamente definidos pela configuração político-institucional, mas sim resultados contingentes e diversificados do processo de atribuição de sentido e interpretação recorrentemente realizado pelos atores sociais inseridos em determinado contexto político-institucional (KURZMAN, 1996).

De outro lado, não apenas a atribuição de oportunidade, mas também a atribuição de ameaça constitui um mecanismo importante para a compreensão da atuação das organizações sociais (ALMEIDA, 2003). Ou seja, a identificação de determinadas condições ou mudanças político-institucionais como ameaçadoras pode se colocar como elemento explicativo para compreensão do posicionamento de determinados atores sociais frente a tais condições ou mudanças. Como destacam Goldstone; Tilly (2001, p.181):

“enquanto a literatura em política contestatória não é omissa sobre ameaça, referindo-se frequentemente aos custos da ação, custos de mobilização e riscos e incidência de repressão, nós acreditamos que 'ameaça' não tem sido explorada tão extensivamente quanto 'oportunidade'. De fato, 'ameaça' é comumente tratada como sendo meramente o lado oposto da oportunidade, uma medida negativa do mesmo conceito, de tal forma que 'ampliação de ameaça' equivale simplesmente a 'redução de oportunidade'. Nós acreditamos que isto é um erro e que 'ameaça' é um fator independente cuja dinâmica influencia grandemente como grupos populares e o Estado agem em uma variedade de situações de conflito”.

Por fim, a visão da EOP como um “dado” objetivo impossibilitaria uma pergunta central para análise dos processos organizativos: oportunidade para quem? Esta pergunta colocaria a necessidade de uma ruptura com a homogeneização dos atores sociais, os quais, por suas diferenças e desigualdades de objetivos, recursos, estratégias, trajetórias etc., tenderiam a ter interpretações diferenciadas sobre o sentido (oportunidade ou ameaça) de determinadas condições ou mudanças político-institucionais. Como salientam Meyer; Minkoff (2004, p.1461), “O que provoca mobilização para um movimento ou segmento pode diminuir a mobilização de outro e ser completamente irrelevante para um terceiro”.

O presente projeto incorpora estes questionamentos e adota a definição de EOP de Brockett (1991:254):

“estrutura de oportunidades políticas é a configuração de forças no (potencial ou real) ambiente político de um grupo que influencia a afirmação das demandas políticas deste grupo. Uma vez que a estrutura de oportunidades políticas é definida aqui em termos de configuração de forças que não são especificadas, antes que pela identificação de variáveis, este conceito pode ser operacionalizado para levar em conta a singularidade dos casos particulares”.

Esta definição de EOP implica em uma abordagem contextual (TILLY; GOODIN, 2006), que identifique e analise as especificidades de distintos contextos sócio-políticos e, particularmente, como tais especificidades estabelecem aquela configuração de forças que determina a EOP para as organizações sociais ali atuantes.

É no sentido desta análise contextual que se retoma a importância de abordar um aspecto estrutural da configuração político-institucional brasileira que incide de forma central na definição da EOP confrontada pelos processos organizativos no país: a presença de um regime composto. Observando a literatura sobre o Brasil pós-redemocratização, destaca-se convivência de “diagnósticos” divergentes no que se refere à configuração das relações entre Estado e sociedade e os efeitos destas relações na conformação do tecido associativo do país. Por um lado, sob a herança das mobilizações sociais do processo de democratização e o respaldo de análises que destacam o crescimento da vida associativa e a instauração de espaços institucionais para a sociedade civil, o Brasil tem se colocado como um caso paradigmático nos debates sobre associativismo e democratização. O país seria um exemplo de ruptura com a tradição autoritária e clientelista de relacionamento entre Estado e sociedade, através de reformas institucionais que trouxeram a sociedade civil para participar diretamente do processo de discussão, planejamento, decisão, implementação e/ou monitoramento das políticas públicas (ABERS, 2000; AVRITZER, 2006; FEDOZZI, 1996; SANTOS, 1998; WAMPLER; AVRITZER, 2004). Em função desta ruptura, novas oportunidades teriam sido abertas para a organização social, as quais se expressariam no crescimento e complexificação do tecido associativo (SILVA, 2007b).

Por outro lado, pesquisas mostram a permanência de padrões tradicionais de relacionamento entre Estado e sociedade, os quais permeariam inclusive os canais institucionais de participação (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005). A permanência do personalismo (na sua versão clientelista ou não) como um mecanismo básico de intermediação de interesses limitaria a eficácia de mecanismos mais institucionalizados e bloquearia a emergência de formas mais autônomas de organização social (GAY, 1999, 2006). Além disto, a presença de arranjos corporativistas privilegiaria determinados grupos de interesse em detrimento de outros segmentos da sociedade com menor capacidade e recursos organizativos para construção e expressão de suas demandas (SILVA; CÔRTEZ; RÉOS; BARCELOS, 2009).

Aceitando que ambos “diagnósticos”, pelo menos em parte, têm fundamentação empírica, argumenta-se que a co-presença de uma diversidade de padrões de relacionamento entre Estado e

sociedade (ou, nos termos de Nunes, de *gramáticas políticas*) conforma aquilo que definimos como um regime composto, no qual a EOP confrontada pelos atores sociais varia de acordo com o contexto local-conjuntural no qual se inserem, os recursos organizativos de que dispõem e os setores do Estado com que se relacionam. É esta diversidade que possibilita a convivência dos “diagnósticos” divergentes exemplificados acima (em grande parte construídos a partir de estudos de caso), ao mesmo tempo em que bloqueia a possibilidade de generalização dos mesmos. Somente com a construção de um modelo analítico que incorpore a diversidade que conforma um regime composto e a sua aplicação através de uma análise comparativa possibilitaria identificar quando e por que tais “diagnósticos” encontram sustentação empírica.

Um aspecto fundamental na busca deste modelo analítico mais complexo é a identificação de que cada regime tende a estabelecer determinados recursos como mais ou menos eficazes (e, assim, mais ou menos “valiosos”) para a atuação das organizações sociais<sup>4</sup>. Ou seja, o valor relativo do “capital associativo” das organizações (constituído pelos recursos financeiros, humanos, materiais, relacionais, cognitivos etc., acumulados pelas mesmas) é, em grande parte, definido pelo(s) regime(s) no(s) qual(is) tais organizações estão inseridas<sup>5</sup>.

Neste sentido, mudanças de regime gerariam uma reconfiguração do valor relativo dos recursos enquanto capital associativo, alterando a eficácia e a posição das organizações sociais dentro da hierarquia sócio-política e, desta forma, estimulando ou obstaculizando a atuação das mesmas. Aquelas organizações que têm seus recursos valorizados pelas mudanças político-institucionais, ampliando seu capital associativo, tenderiam a ver tais mudanças como abertura de novas oportunidades. Aquelas organizações que têm seus recursos desvalorizados, por sua vez, tenderiam a ver tais mudanças como ameaças à sua atuação e, no limite, à sua existência. Assim, um regime define a EOP não apenas pelo estímulo, tolerância ou proibição de determinados repertórios de ação, conforme exposto anteriormente, mas também pela determinação do valor relativo dos recursos detidos pelas organizações sociais, condicionando a eficácia destas.

Na medida em que as organizações sociais no Brasil estão confrontadas com um regime composto, elas apresentariam uma variação significativa no valor relativo de seus recursos (em outros termos, do seu estoque de capital associativo) em função das distintas gramáticas políticas presentes nas diversas instâncias do Estado quanto às variações nestas gramáticas produzidas pelas mudanças político-eleitorais. Neste contexto, as organizações tenderiam, de um lado, a optarem por

---

4 O tema dos recursos associativos é praticamente ignorado pelas ciências sociais brasileiras, ao mesmo tempo em que constitui um dos focos centrais da sociologia norte-americana dos movimentos sociais, como expressa a centralidade da denominada Teoria da Mobilização de Recursos (*Resource Mobilization Theory* - RMT). Para uma apresentação da RMT, ver Gohn (1997), Jenkins (1994) e McCarthy; Zald (1977).

5 Adota-se aqui a concepção relacional de capital definida por Bourdieu (1989), para quem a capacidade de determinado bem ou atributo funcionarem como um capital (ou seja, como fonte de poder em um espaço social) não é intrínseca a este bem ou atributo, mas sim depende da estrutura deste espaço social (em especial, da configuração das relações de poder presentes no mesmo).

repertórios de ação (clientelista, conflitivo, participação institucional etc.) mais adequados aos regimes que valorizam os recursos que dispõem. De outro lado, aquelas que possuem condições para tal, tenderiam a diversificar seus repertórios de ação, explorando as distintas oportunidades colocadas pelos diversos regimes. Neste sentido, as tradicionais dicotomias que marcaram as análises sobre os repertórios de ação dos movimentos sociais e da sociedade civil – entre autonomia e institucionalização, ação direta e participação institucional, clientelismo e reivindicação de direitos, particularismo e universalismo, entre outras – ocultam o fato de que as organizações sociais tendem a transitar entre estas possibilidades a partir das oportunidades e ameaças estabelecidas pelas gramáticas políticas conjunturalmente predominantes (combinando, muitas vezes, repertórios de ação em princípio contraditórios).

## 6. Hipóteses

Para operacionalização do marco conceitual exposto acima, parte-se da tipologia de regimes de representação elaborada por Friedman; Hochstetler (2002, p.22):

**Quadro 1. Tipologia de Regimes de Representação**

Ator dominante	Nível de institucionalização	Baixa Institucionalização	Alta Institucionalização
Sociedade		Democracia confrontacional	Democracia deliberativa
Estado		Democracia delegativa	Democracia cooptativa

Segundo as autoras (2002, p.23), as características destes regimes, em termos das relações entre Estado e sociedade, seriam:

Democracia confrontacional – as organizações sociais não são controladas pelo Estado, mas também não possuem canais regulares aos processos decisórios; neste sentido, a influência das organizações é determinada pela sua capacidade de pressionar os atores estatais a partir de ações por fora dos canais institucionais;

Democracia delegativa – os atores estatais tendem a ignorar as demandas e propostas construídas autonomamente pelas organizações sociais, definindo de forma discricionária os interesses a serem atendidos; neste caso, a eficácia das organizações depende da criação de mecanismos (em geral, personalistas) que permitam o acesso aos “privilégios” e “favores” distribuídos pelo Estado;

Democracia cooptativa – combina a existência de canais regulares de acesso institucionalizado ao Estado, com o controle e, no limite, repressão às formas autônomas de organização e atuação da sociedade civil; neste contexto, as organizações precisam adaptar-se às regras e dinâmicas de participação institucional definidas e controladas pelos atores estatais;

Democracia deliberativa – caracteriza-se pela existência de canais institucionais inclusivos e marcados pela simetria entre os participantes, cujas deliberações têm influência no processo de tomada das decisões governamentais; aqui, as organizações sociais também precisam adaptar-se às regras e dinâmicas de participação institucional, ao mesmo tempo em que possuem capacidade de incidirem na definição destas regras e dinâmicas.

Relacionando esta tipologia dos regimes de representação com uma tipologia de repertórios de ação das organizações sociais chega-se ao seguinte quadro<sup>6</sup>:

**Quadro 2. Tipologia de Repertórios de Ação Coletiva**

	<b>Baixa Institucionalização</b>	<b>Alta Institucionalização</b>
<b>Autonomia</b>	Movimentalismo	Participacionismo
<b>Controle</b>	Personalismo	Corporativismo

Em regimes de baixa institucionalização e autonomia (democracia confrontacional), as organizações sociais tendem a utilizar repertórios mais conflitivos (movimentalistas) como forma de exercer pressão extra-institucional e, assim, conseguir direcionar a ação estatal para o atendimento de suas demandas.

Em regimes de baixa institucionalização e dependência (democracia delegativa), as organizações sociais tendem a explorar as alternativas informais existentes para influir nas decisões discricionárias dos atores estatais. No contexto brasileiro, estas alternativas tendem a passar pelas relações personalistas, que fundamentam tanto o clientelismo quanto as diversas formas de apropriação do Estado por interesses privados.

Em regimes de alta institucionalização e dependência (democracia cooptativa), as organizações tendem a se subordinar aos constrangimentos impostos pelos atores estatais, buscando aproveitar as limitadas oportunidades definidas pelos canais institucionais de participação disponíveis para a extração de ganhos particularistas para os segmentos sociais que representam.

Por fim, em regimes de alta institucionalização e autonomia (democracia deliberativa), as organizações tendem a direcionar sua intervenção para os canais institucionais existentes, disputando não apenas as decisões tomadas nestes fóruns, mas também a própria organização e papel destes espaços.

No entanto, seguindo o argumento de Nunes (2003), como estes regimes tendem a estar presentes ao mesmo tempo, com predomínio variado a depender da esfera, nível e/ou força política no governo, isto coloca às organizações sociais a necessidade de tentar combinar diferentes repertórios e/ou a mudar seus repertórios para acompanhar as mudanças de regime e, assim, das oportunidades e ameaças com as quais se confrontam.

## **7. Objetivos**

O objetivo central deste projeto é fornecer suporte empírico para a construção de um

---

<sup>6</sup> Optou-se por uma mudança na denominação das autoras, substituindo as categorias de sociedade como ator dominante e Estado como ator dominante pelas categorias de autonomia e dependência, uma vez que, frente a força do Estado na sociedade brasileira, parece pouco adequado falar de sociedade como ator dominante. Ao mesmo tempo, mesmo como este domínio estatal é possível falar de organizações sociais mais ou menos autônomas.

modelo analítico das relações entre processos organizativos e configuração político-institucional que seja mais adequado à complexidade dos fenômenos em foco. Através da ruptura com perspectivas substancialistas e dicotômicas, de um lado, e normativas, de outro, busca-se um modelo que seja capaz de apreender o caráter heterogêneo da sociedade civil e do Estado, além das interdependências e, por vezes, deslocamentos entre atores e instituições que constituem estas esferas de ação.

A partir deste objetivo geral, colocam-se alguns objetivos específicos:

1) Contribuir na aproximação e articulação entre o debate acadêmico nacional e o debate internacional sobre política contestatória;

2) Contribuir na re-construção do campo de estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil, através da proposição e emprego de instrumentos teórico-metodológicos que superem alguns dos limites e debilidades deste campo;

3) Contribuir na consolidação do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento/UFRGS, a partir da construção de uma agenda de pesquisa que agregue as produções dos membros do grupo e possibilite, assim, um processo cumulativo de produção de conhecimento;

4) Constituir e publicizar um catálogo de eventos de protesto que sirva de base para futuras e distintas investigações de pesquisadores interessados no tema.

## **8. Metodologia**

Para responder ao problema de pesquisa formulado anteriormente (Quais as implicações do regime composto, que continua a caracterizar o Brasil pós-redemocratização, na conformação dos repertórios de ação das organizações sociais?) propõe-se uma investigação fundada em três procedimentos metodológicos complementares.

Em primeiro lugar, será utilizada a metodologia de análise de eventos de protesto (RUCHT; KOOPMANS; NEIDHARDT, 1999). Esta metodologia busca, através da constituição de um catálogo de eventos de protesto<sup>7</sup>, identificar os padrões (e as mudanças) nos repertórios de ação das organizações sociais dentro de um período de tempo delimitado. Mais especificamente, através da análise das co-variações entre mudanças nos repertórios de ação e mudanças político-institucionais, esta metodologia possibilita analisar se e como as mudanças diacrônicas nos regimes estão correlacionadas com as mudanças nos repertórios de ação das organizações sociais, apreendidas pelas transformações quantitativas e qualitativas nas formas de protesto ao longo do

---

<sup>7</sup> Segundo Rucht; Koopmans; Neidhardt (1999, p.9), “De uma forma muito geral, protesto (coletivo) pode ser entendido como a expressão pública de desacordo ou crítica que é geralmente combinada com a apresentação de reivindicações que, se realizadas, afetariam os interesses de grupos particulares da sociedade”.



período de abrangência da pesquisa<sup>8</sup>.

Esta metodologia será operacionalizada da seguinte forma:

**Quadro 3. Procedimento da Análise de Eventos de Protesto**

<b>Período de abrangência</b>	1970 a 2010
<b>Delimitação espacial</b>	Estado do Rio Grande do Sul
<b>Fonte de Informações</b>	Jornal Zero Hora
<b>Informações a serem coletadas</b>	Todas as notícias referentes a formas conflitivas de ação coletiva, buscando identificar: tipo de ação, número de participantes, local da ação, presença ou não de violência, atuação do Estado

O período de abrangência justifica-se por possibilitar a análise dos eventos de protesto em conjunturas políticas bastantes distintas, tanto em termos regional quando nacional. Neste sentido, será possível observar as correlações entre as mudanças de regime, em função da redemocratização e das alterações nas forças políticas à frente dos governos estadual e federal, e a dinâmica de atuação das organizações sociais (especialmente, em termos do emprego de repertórios mais ou menos conflitivos e institucionalizados de ação).

Frente à impossibilidade de, neste momento, assumir o compromisso com a realização de uma pesquisa de alcance nacional, é estabelecido o recorte espacial do estado do Rio Grande do Sul. Este recorte se justifica metodologicamente por dois motivos: de um lado, o Rio Grande do Sul se caracterizou, a partir do final dos anos 70, como um estado com uma intensa dinâmica associativa, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais; de outro lado, a trajetória político-institucional do Rio Grande do Sul, no período selecionado, é marcado por uma grande alternância das forças políticas à frente do governo do estado, as quais instituíram diferentes formas de relacionamento com a sociedade civil.

Para a construção do catálogo de eventos será utilizada a coleta de informações sobre ações coletivas conflitivas publicadas no Jornal Zero Hora durante o período selecionado<sup>9</sup>. A opção por este veículo deve-se ao fato de que ele tem uma abrangência estadual e, também, manteve-se em atividade durante todo o período a ser pesquisado. Além disto, o fato de ser um jornal que possui seu acervo digitalizado contribui para a realização da pesquisa, facilitando o acesso aos dados.

Por fim, este catálogo de eventos buscará não só identificar, localizar e quantificar os

<sup>8</sup> Para um exemplo da aplicação desta metodologia ao Brasil, ver Bruhn (2008).

<sup>9</sup> O uso de jornais como fonte central para a análise de eventos de protesto é uma tradição dentro desta metodologia, ao mesmo tempo em que é objeto de diversas discussões e críticas (ver, por exemplo, o artigo de Olivier Fillieule em Rucht; Koopmans; Neidhardt, 1999). No entanto, mesmo reconhecendo o inerente viés da cobertura da imprensa, sustenta-se que esta fonte permite obter informações relevantes para responder à problemática deste projeto. Como salienta Koopmans (1999, p.96), “Para a maior parte das questões de pesquisa que ocupam nossa atenção, todavia, conhecimento sobre os números “verdadeiros” e os níveis “absolutos” [dos protestos] são relativamente sem importância. (...) De fato, não são tanto os níveis precisos que interessam, mas tendências e diferenças, e estas também podem ser inferidas de fontes distorcidas, garantindo que a distorção seja mais ou menos constante, e na medida em que o número de eventos de protesto reportado é amplo o suficiente para permitir detectar tendências e diferenças significantes”.

eventos de protesto no período, mas também obter informações que permitam construir uma tipologia qualitativa das formas de protesto e suas mudanças. Além disto, haverá uma atenção especial para identificar padrões nas formas de reação dos governos a estes protestos, na medida em que este é um aspecto fundamental para o entendimento da relação entre regimes e repertórios de ação.

Se a metodologia de análise de eventos de protesto possibilita a construção de uma base empírica geral para análise da relação entre regimes e repertórios, ele tende a ser insuficiente para uma investigação que pretende apreender a complexidade desta relação no contexto de convivência de gramáticas políticas heterogêneas e, mesmo, contraditórias de um regime composto. Assim, pretende-se complementar aquela metodologia com uma análise da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Rio Grande do Sul, enfocando centralmente as relações do MST com o governo estadual e as agências do governo federal no estado.

A análise da trajetória de relações do MST com os atores e instituições político-administrativas se justifica analiticamente, de um lado, pelo fato de que esta é uma organização social que conseguiu, diferentemente de diversas outras surgidas no ciclo de protestos da redemocratização, reproduzir-se e adaptar-se de forma muito eficaz às mudanças de regime e, assim, das estruturas de oportunidades políticas nas última décadas. De outro lado, é uma organização que se relaciona com diferentes níveis e instâncias do Estado, as quais, hipoteticamente, operam a partir de gramáticas diferenciadas.

Por fim, para caracterizar os regimes prevalentes em diferentes conjunturas e, também, em diferentes agências do Estado, além dos dados obtidos através do catálogo de eventos (especialmente através da identificação dos padrões de reação das agências estatais aos protestos) e da análise da trajetória do MST, buscar-se-ão informações na literatura existente sobre o contexto político-institucional do estado do Rio Grande do Sul. A partir destes dados, será produzida uma tipologia de regimes e das estruturas de oportunidades políticas confrontadas pelas organizações sociais. No caso destas últimas, as dimensões centrais a serem enfocadas são: existência de espaços institucionais de acesso ao Estado; existência de aliados entre as elites políticas; presença de centros independentes de poder.

A combinação destes três procedimentos metodológicos fornecerá informações para testar tanto a pertinência das tipologias de regimes e repertórios de ação quanto a pertinência das relações hipotéticas entre regimes e repertórios apresentadas anteriormente.

## **9. Metas**

Além das metas mais gerais derivadas dos objetivos que orientam este projeto, definem-se

as seguintes metas em termos de produção acadêmica a ser gerada por esta pesquisa:

- 1) três artigos a serem publicados em periódicos;
- 2) cinco trabalhos a serem apresentados em congressos científicos;
- 3) dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Ciências Sociais;
- 4) um catálogo de eventos de protesto a ser disponibilizado na página web do Grupo de

Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento.

## 10. Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. *Cadernos da CIDADE*, nº7, volume 5, 2000.

ALMEIDA, Paul. Opportunity organizations and threat-induced contention: protest waves in authoritarian settings. *American Journal of Sociology*, Volume 109, nº2, pp.345-400, 2003.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, (31), pp. 509-534, julho-dezembro de 2008.

AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. New public spheres in Brazil: local democracy and deliberative politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 30, n.3, pp.623-637, Sept/2006.

BAIOCCHI, Gianpaolo ; HELLER, Patrick ; CHAUDHURI, Shubham; SILVA, Marcelo Kunrath. Evaluating empowerment: participatory budgeting in brazilian municipalities. In: ALSOP, Ruth; BERTELSEN, Mette; HOLLAND, Jeremy (OrgS.). *Empowerment in practice: from analysis to implementation*. Washington, D.C.: The World Bank, 2006.

BAIOCCHI, Gianpaolo; HELLER, Patrick; SILVA, Marcelo Kunrath. Making space for civil society: institutional reforms and local democracy in Brazil. *Social Forces*, v. 86, p. 911-935, 2008.

BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. *Sociologia e Política*, 28, p. 117-129, jun. 2007.

BOSCHI, Renato Raul. A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 1, v.1, p.30-42, junho/1986.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrnad, 1989.

BROCKETT, Charles D.. The Structure of Political Opportunities and Peasant Mobilization in

Central America. *Comparative Politics*, Vol. 23, No. 3, pp. 253-274, April/1991.

BRUHN, Kathleen. *Urban protest in Mexico and Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2008.

CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas; SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil, instituições e atores estatais: o que condiciona a ação de atores sociais em fóruns participativos?. In: ALONSO, J. A. F.; MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tânia. (Orgs.). *Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2009.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. *Novos Estudos*, São Paulo, n.38, 1994.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº35, pp. 121-134, 1997.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.) (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

EVERS, Tilman. De costas para o Estado, longe do Parlamento. *Novos Estudos*, 2(1), pp.25-39, 1983.

FEDOZZI, Luciano Joel. *Do patrimonialismo à cidadania – participação popular na Gestão Municipal: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1996. (Dissertação de Mestrado)

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n.1-2, pp. 199-215, 2001.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn. Assessing the third transition in Latin American democratization: representational regimes and civil society in Argentina and Brazil. *Comparative Politics*, Vol. 35, No. 1, pp. 21-42, Oct/2002.

GAXIE, Daniel. Économie des parties et rétributions du militantisme. *Revue française de science politique*, Paris, février 1977, pp.123-154.

GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political*

- Science Review*, vol. 11, nº 1, pp.157-188, 2005.
- GAY, Robert. The broker and the thief: a parable (reflections on popular politics in Brazil). *Luso-Brazilian Review*, Vol. 36, No. 1, pp. 49-70, Summer/1999.
- GAY, Robert. The even more difficult transition from clientelism to democracy: lessons from Brazil. In: FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia; SHEFNER, Jon. *Of the shadows: political action and informal economy in Latin America*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2006. (pp.195-217)
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOLDSTONE, Jack A.; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, Ronald R. et al. *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- IBGE; IPEA; ABONG; GIFE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. *Zona Abierta*, Madrid, nº 69, pp.5-49, 1994.
- KOOPMANS, Ruud. The use of protest event data in comparative research: cross-national comparability, sampling methods and robustness. In: RUCHT, Dieter; KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm (eds.). *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- KURZMAN, Charles. Structural opportunity and perceived opportunity in social-movement theory: the Iranian Revolution of 1979. *American Sociological Review*, Vol. 61, No. 1, pp.153-170, 1996.
- LANDIM, Leilah. Associações no Brasil: comentários sobre dados oficiais recentes. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Ibase, nº28, pp.76-85, 2005.
- LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 66, pp.91-109, 2003.
- McADAM, Dough. The Political Process Model. In: BUECHLER, Steven; CYLKE Jr., Kurt (eds.). *Social movements: perspectives and issues*. Mountain View: Mayfield, 1997.
- McADAM, Dough. Oportunidades Políticas: orígenes terminológicos, problemas actuales, futuras líneas de investigación. In: McADAM, Dough; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (eds.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.
- McADAM, Dough; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (eds.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N.. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *The American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 6, (May, 1977), pp. 1212-1241
- MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C.. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, 82(4), pp.1457-1492, June/2004.
- MOURA, Joana; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Sociologia e Política*, v. 16, p. 43-54, 2008.
- NUN, José. *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 2003.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, pp. 751-777, 2008.
- RUCHT, Dieter; KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm (eds.). *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.
- SADER Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Participatory Budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & Society*, vol.26, nº 4, pp.461-510, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Construção da “participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia).
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

- SILVA, Marcelo Kunrath. A expansão do Orçamento Participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, v. 8, p. 156-179, 2006.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007a.
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Mapa do Associativismo de Porto Alegre*. Mimeo, 2007b. (Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/relatorio\\_final\\_mapa\\_associativismo.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_final_mapa_associativismo.pdf))
- SILVA, Marcelo Kunrath. Tradiciones asociativas populares y democracia: un estudio comparativo de las experiencias de Presupuesto Participativo en la Región Metropolitana de Porto Alegre. In: CHARRY, Clara Inés; MASSOLO, Alejandra (Orgs.). *Sociedad Civil: Capital Social Y Gestion Local*. Ciudad de México: Universidad Autonoma Metropolitana, 2007c.
- SILVA, Marcelo Kunrath; CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas; RÉOS, Janete Cardoso; BARCELOS, Márcio. A dinâmica das relações sociais no Conselho Nacional de Saúde. In: Soraya Vargas Côrtes. (Org.). *Participação e Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de economia solidária. *Revista Katalysis*, v. 1, p. 59-67, 2009.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA Jr., Rui. *Associativismo e desigualdade: uma análise sobre oportunidades políticas e recursos associativos em duas Associações de Moradores de Porto Alegre*. Latin American Sociological Association Congress, Rio de Janeiro, 2009. (Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/SilvaMarcelo.pdf>)
- STEPAN, Alfred. State power and the strength of civil society in the southern cone of Latin America. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. São Paulo: Pólis, 2005.

- TELLES, Vera. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, Charles; GOODIN, Robert E.. It depends. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (eds.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. Participatory Publics: Civil Society and New Institutions in Democratic Brazil. *Comparative Politics*, Vol. 36, No. 3, pp. 291-312, Apr/2004.
- WEFFORT, Francisco C.. *Qual democracia?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.